Art. 9º No caso de celebração de convênios com Municípios, as propostas subscritas pelos respectivos Prefeitos, a par da instrução a que alude o art. 8º deste Decreto, deverão fazer prova também de:

- I - conformidade com a Lei Orgânica local, mediante declaração do Prefeito;
- II - encontrar-se o Chefe do Poder Executivo municipal no exercício do cargo e com mandato em plena vigência;
- III - não estar o Município impedido de receber auxílios ou subvenções estaduais em virtude de decisão do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA) e/ou do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM/PA);
- IV - aplicação do percentual mínimo, constitucionalmente exigido, da receita municipal resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino; e
- V - não incorrer o Município nas vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 1º Os documentos comprobatórios referentes aos incisos I, II e IV do caput deste artigo poderão consistir em declarações firmadas por autoridade municipal competente, sob as penas da lei.

§ 2º No caso de obras e serviços a serem executados pelos Municípios, deverão estes apresentar os documentos seguintes, firmados pelo respectivo Prefeito, que certificará, sob as penas da lei, sua veracidade:

- I - projeto básico aprovado; e
- II - declaração de que o objeto não teve sua execução iniciada.

Seção V

Do plano de trabalho

Art. 10. A celebração de convênio pelos órgãos ou entidades da Administração Pública estadual depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pelo órgão ou entidade interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I - justificativa para a sua execução;
- II - descrição completa do objeto, das metas e das etapas ou fases, com previsão de início e fim;
- III - cronograma de desembolso, discriminando o repasse a ser realizado pelo concedente, e a contrapartida prevista para o proponente, especificando o valor de cada parcela e o montante dos recursos;
- IV - plano de aplicação dos recursos financeiros; e
- V - informações relativas à capacidade técnica e gerencial do proponente para execução do objeto.

§ 1º A descrição do objeto deverá ser realizada de forma concisa e padronizada e deverá estar em conformidade com os objetivos e diretrizes do programa que irá receptionar o plano de trabalho.

§ 2º Deverá ser apresentada, juntamente com o plano de trabalho, a comprovação de que a contrapartida está devidamente assegurada, observado o disposto no art. 12 deste Decreto.

§ 3º Nos casos de obras e serviços de engenharia deverão também ser apresentados:

- I - projeto básico compatível com as normas de acessibilidade previstas na Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e adaptado à realidade local, aprovado pelo órgão municipal competente com relação ao atendimento do projeto às exigências do plano diretor a que se refere a Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001;
- II - projeto executivo, quando necessário;
- III - planta de localização da obra com as respectivas coordenadas geográficas;
- IV - comprovação de regularidade fundiária do imóvel;
- V - relatório fotográfico do local onde será executada a obra;
- VI - licença ambiental exigível pelo tipo de intervenção, emitida pelo órgão competente;
- VII - orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição dos custos unitários ou fundamentado em quantitativos de obras, serviços e fornecimentos propriamente avaliados, calculado com base nos valores praticados pelo mercado, nos valores pagos pela Administração Pública em objetos similares ou na avaliação, aferida mediante orçamento sintético ou metodologia expedida ou paramétrica; e
- VIII - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) dos projetos e orçamentos.

§ 4º Para os fins do disposto no inciso IV do caput deste artigo, poderá ser aceita, com vistas à autorização de início do objeto ajustado, declaração do Chefe do Poder Executivo, sob as penas do art. 299 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), de que o convenente é detentor da posse da área do objeto da intervenção, devendo a regularização fundiária do imóvel ser comprovada até o final da execução do objeto do instrumento.

§ 5º A apresentação de projeto básico completo poderá ser dispensada quando uma das metas do ajuste envolver o desenvolvimento do próprio projeto básico, o que apenas será possível quando houver no plano de trabalho elementos suficientes que permitam aferir os custos do empreendimento, por meio de metodologia expedida, paramétrica ou da técnica do orçamento sintético.

Art. 11. Os órgãos e entidades do Poder Executivo estadual poderão solicitar a realização de ajustes quando:

- I - o plano de trabalho apresentado não atender às condições de aprovação estabelecidas no art. 10 deste Decreto; e/ou
- II - forem detectados custos não compatíveis com as ações a serem executadas.

§ 1º O prazo para realização de ajustes no plano de trabalho será de até 15 (quinze) dias, contado da data de recebimento da solicitação, prorrogável uma vez por igual período, a critério do órgão ou entidade do Poder Executivo estadual, mediante justificativa do convenente.

§ 2º O prazo de que trata o § 1º deste artigo não se aplica a ajustes em planos de trabalho que contemplem obras e serviços de engenharia, caso em que os órgãos ou entidades do Poder Executivo estadual fixarão prazo

limite para realização dos referidos ajustes.

§ 3º A aprovação do plano de trabalho não gera direito à celebração do convênio.

§ 4º A não apresentação do plano de trabalho ajustado, no prazo estabelecido nos §§ 1º e 2º deste artigo, acarretará a não celebração do convênio.

Art. 12. A exigência de contrapartida dar-se-á nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) vigente na data da celebração do convênio.

§ 1º A contrapartida a ser aportada pelos entes públicos, exclusivamente financeira, deverá ser comprovada por meio de indicação da disponibilidade orçamentária e será depositada na conta bancária específica do convênio nos prazos estabelecidos no cronograma de desembolso.

§ 2º As parcelas da contrapartida poderão ser antecipadas, integral ou parcialmente, a critério do convenente.

§ 3º Para os convênios celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos atuantes no Sistema Único de Saúde (SUS), será admitida a contrapartida em bens e serviços, cuja expressão monetária será identificada no convênio.

Seção VI

Da celebração

Art. 13. São condições essenciais para a celebração de convênios:

I - a apresentação dos documentos de que tratam os arts. 8º e 9º deste Decreto, conforme o caso;

II - a aprovação do plano de trabalho pela autoridade competente;

III - o empenho da despesa pelo concedente; e

IV - o parecer jurídico favorável do órgão jurídico do concedente.

Art. 14. A minuta do convênio deverá conter, no mínimo, cláusulas que disponham sobre:

I - o objeto e seus elementos característicos, em consonância com o plano de trabalho, que integrará o termo celebrado, independentemente de transcrição;

II - a especificação das ações do plano de trabalho, com a devida explicitação das metas;

III - as atribuições de cada partícipe;

IV - as atribuições do interveniente, quando houver;

V - a prerrogativa do órgão ou entidade transferidor dos recursos financeiros assumir ou transferir a obrigação da execução do objeto, no caso de paralisação ou de indícios de irregularidade, de modo a evitar sua descontinuidade;

VI - a obrigatoriedade de restituição de recursos, nos casos previstos neste Decreto;

VII - a titularidade dos bens remanescentes e, se for o caso, a indicação da obrigatoriedade de contabilização e guarda dos bens remanescentes pelo convenente e da manifestação de seu compromisso de utilizá-los para assegurar a continuidade de programa governamental, com apresentação de diretrizes e regras claras de utilização;

VIII - a forma de acompanhamento, pelo concedente, da execução física do objeto, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que empregarão;

IX - o livre acesso dos servidores do órgão ou entidade pública concedente integrantes do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, bem como dos Tribunais de Contas aos processos, documentos, informações referentes convênios e aos locais de execução do objeto;

X - o prazo para devolução dos saldos remanescentes e para apresentação da prestação de contas;

XI - a forma e a metodologia de comprovação do cumprimento do objeto;

XII - a obrigação do concedente de dispor de condições e de estrutura para o acompanhamento e verificação da execução do objeto e o cumprimento dos prazos relativos à prestação de contas;

XIII - a obrigatoriedade do concedente e do convenente de divulgar em sítio eletrônico oficial as informações referentes ao convênio celebrado e aos valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;

XIV - a descrição dos parâmetros objetivos que servirão de referência para a avaliação do cumprimento do objeto;

XV - a previsão de prestações de contas parciais dos recursos repassados de forma parcelada, correspondentes e consentâneos com o respectivo plano e cronograma de desembolso, sob pena de obstar o repasse das prestações financeiras subsequentes;

XVI - a previsão de que o valor do convênio poderá ser alterado se ocorrer uma das hipóteses do art. 32 deste Decreto;

XVII - a previsão da necessidade de abertura de conta específica para gestão dos recursos repassados;

XVIII - a previsão dos recursos financeiros ou de bens e serviços cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada;

XIX - a previsão dos valores referentes à contrapartida, cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada;

XX - a indicação da dotação orçamentária que vincula a transferência a ser realizada pelo concedente;

XXI - a forma de execução do acompanhamento e da fiscalização, que deverá ser suficiente para garantir a plena execução física do objeto;

XXII - o prazo de vigência e a data da celebração;

XXIII - a vedação de o convenente firmar contrato ou convênio com entidades impedidas de receber recursos estaduais para consecução do objeto do ajuste;

XXIV - a previsão de que o desvio de utilização do bem móvel ou imóvel pelo convenente importará na transmissão ou retorno do bem para o domínio do concedente, ou indenização do valor global aplicado;

XXV - a cláusula de inalienabilidade;

XXVI - as hipóteses de extinção do ajuste; e

XXVII - a previsão de que o convenente exija, nos casos de contratações de obras e serviços de engenharia, mediante critérios previamente definidos no edital de licitação, a prestação de garantia por parte das empresas